

Ataques Armados em Cabo Delgado

- Suspensão das Actividades da Total eleva riscos e incertezas para a economia de Moçambique

Por: Inocência Mapisse

I. Contexto

O Ministério dos Recursos Minerais e Energia, através do Instituto Nacional de Petróleo (INP), veio a público, a 26 de Abril de 2021, informar que devido à situação da insegurança causada pelos ataques armados na península de Afungi, distrito de Palma em Cabo Delgado, a Total E&P Mozambique Área 1, Limitada (Total), concessionária e operadora da área 1 *offshore* da Bacia do Rovuma, suspendeu os contratos com parte significativa dos seus parceiros invocando causa de “força maior”.

Segundo o INP, a suspensão tem como objectivo mitigar os efeitos negativos decorrentes da aplicação dos contratos e custos de bens e serviços que não podem ser prestados ou utilizados durante o período em que as actividades estiverem suspensas, facto que teria efeitos negativos no custo global do Projecto cujo investimento está avaliado em 20 biliões de dólares.¹

Uma análise preliminar, feita pela Confederação das Associações Económicas (CTA), indica que os ataques armados já afectaram pelo menos 410 empresas e cerca de 56 mil postos de trabalho e gerou um impacto financeiro negativo de cerca de 95 milhões de dólares, que inclui destruições de equipamentos, atrasos de pagamentos e mercadorias em trânsito sem certeza de entrega. Este impacto financeiro representa cerca de 14 vezes o limite orçamental para Cabo Delgado no quadro da governação descentralizada, fixado em 401,5 milhões de meticais².

Paralelamente, a Total emitiu um comunicado³ reforçando que se retira temporariamente de Afungi por motivos de força maior e reitera que voltará às actividades logo que as acções levadas a cabo pelo Governo de Moçambique e pelos seus parceiros regionais e internacionais restabeleçam a segurança e estabilidade em Cabo Delgado, de forma sustentada.

Esta situação tem implicações negativas e eleva os riscos e incertezas no país visto que as expectativas de contribuição da exploração do gás para Moçambique são elevadas. Por um lado, o sector privado preparava-se para participar activamente e colher os dividendos da exploração do gás natural em Moçambique e, neste âmbito, a ENH vem se endividando para garantir a sua participação nos negócios do gás. Por outro lado, as projecções de crescimento da economia para os próximos anos são baseadas significativamente no desenvolvimento dos projectos de gás, sendo o projecto Moz LNG, liderado pela Total, o maior deles em fase de desenvolvimento.

Neste contexto, a presente análise visa apresentar as implicações da suspensão temporária das actividades da Total em Cabo Delgado devido aos ataques armados.

1 <http://www.inp.gov.mz/en/Noticias/TOTAL-Declara-Forca-Maior>

2 <https://www.mef.gov.mz/index.php/documentos/instrumentos-de-gestao-economica-e-social/orcamento-de-estado/oe-2021/1180--254/file?-force-download=1>

3 <https://www.total.com/media/news/press-releases/total-declares-force-majeure-mozambique-lng-project>

2. Análise

2.2 Análise das implicações da Suspensão das Actividades da Total em Cabo Delgado

Implicações Económicas

- **Défi ce na Arrecadação de Receitas Fiscais e Parafiscais** – a suspensão das actividades da Total em Cabo Delgado tem impacto negativo directo na arrecadação de receitas para os cofres do Estado, actualmente avaliadas num valor médio de 1,3 mil milhões de meticais nos últimos 4 anos (excluindo as mais-valias) o que contribui para que os megaprojectos tenham uma contribuição de 7 a 8% na receita anual do Estado⁴.

A Total considerou retomar as actividades quando as condições de segurança e estabilidade forem reestabelecidas em Cabo Delgado e de forma sustentada. Se estas condições não forem garantidas em pelo menos 1 ano, a contribuição fiscal dos megaprojectos para o orçamento do Estado poderá reduzir em cerca de 1 ponto percentual, para uma média de 6%.

Para além da queda nas receitas fiscais, a suspensão temporária das actividades da Total terá impacto nas receitas parafiscais (fundo de capacitação institucional, fundos de projectos sociais e contribuição institucional) arrecadadas por instituições como o Instituto Nacional de Petróleo (INP), cujo valor médio anual pago pela Total desde 2016 situa-se em 236,4 mil milhões de meticais⁵, o correspondente a cerca de 50% dessas receitas.

- **Queda do Investimento Directo Estrangeiro (IDE)** – Dados de 2019 mostram um abrandamento no influxo em cerca de 18% - para USD 2,211.7 milhões (14% do PIB), contra os USD 2,692.3 milhões (18% do PIB) registados no período homólogo de 2018.⁶ Ademais, os grandes projectos realizaram investimentos que totalizaram USD 954.0 milhões. Dentre estes, destaca-se a decisão final de investimento do projecto Golfinho Atum/ Mo zambique LNG, liderado pela Total.

Portanto, a suspensão das actividades da Total ameaça o volume de IDE no país, quer em termos reais quer em termos de perspectivas de investimento que são baseadas no ambiente macroeconómico.

- **Deterioração do desempenho do sector privado em Cabo Delgado** – o sector privado é um dos que é directamente mais afectado pelos efeitos dos ataques armados em Cabo Delgado e pela muito recente decisão da Total de suspender as actividades e os contratos com parceiros no âmbito do projecto.

Dados preliminares da CTA indicam prejuízos ao sector privado, causados pelos ataques armados, na ordem de 95 milhões de dólares. Importa realçar que parte significativa das receitas fiscais, cerca de ¼ das receitas totais, é composta por Imposto sobre Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC), proveniente das empresas. Em 2020, o IRPC atingiu 58,2 mil milhões de meticais, o correspondente ao peso de 24,6% das receitas totais.

Para além da queda nas receitas, em resposta à suspensão das actividades da Total e das empresas que de alguma forma estão voltadas para o projecto de gás de Palma, a saída da Total tem impacto no aumento da incerteza no mercado em Cabo Delgado em particular e no país em geral.

O ambiente económico do país tem vindo a deteriorar-se desde o início de 2021. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE)⁷, o indicador do clima económico (ICE) agravou, nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2021, passando de 90,5 pontos em Dezembro de 2020 para 89,4 em Janeiro e 89,14 em Fevereiro de 2021, apesar dos indicadores de perspectiva de emprego e da procura indicarem uma trajectória ascendente para os meses seguintes. (Vide gráfico abaixo)

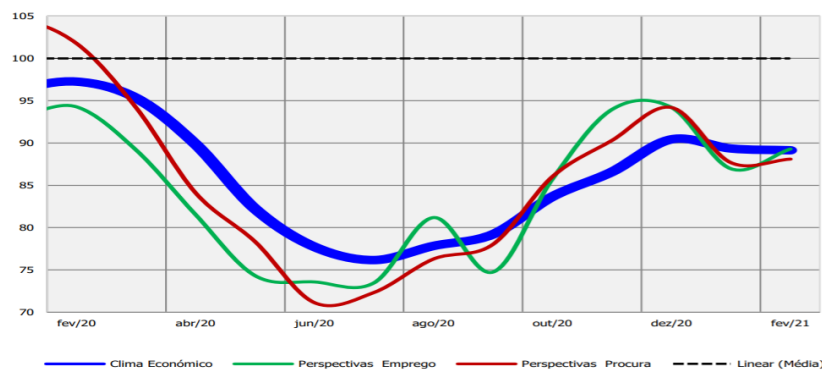
4 <https://www.mef.gov.mz/>

5 <http://itie.org.mz/index.php/download/nono-relatorio-itie/?wpdmdl=3092&refresh=5fdb4f87084921608208263>

6 https://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=73

7 http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-economicas/icce/indicadores-de-confianca-e-de-clima-economico-icce-fevereiro-2021.pdf/at_download/file

Gráfico 1: Indicador de clima económico das empresas



Fonte: INE, 2021

A situação desfavorável da conjuntura económica moçambicana deveu-se à apreciação negativa dos sectores de alojamento, restauração e similares, bem como do sector de construção, suplantando assim as avaliações abonatórias dos sectores de comércio, de produção industrial e de outros serviços não financeiros.

Assim, a situação que se vive em Cabo Delgado pode agravar o já deteriorado ambiente económico e contribuir para o aumento do nível de desemprego no país.

- **Implicações nas projecções económicas (Cenário Fiscal do Médio Prazo e Orçamento do Estado)** - um aspecto que não se pode negligenciar é o impacto que a suspensão da total por tempo indeterminado poderá exercer sobre as projecções económicas. Os documentos orçamentais indicavam expectativas promissoras para 2021, prevendo-se um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2,1%, baseando-se no crescimento positivo do sector extractivo em cerca de 1,5%. Um dos argumentos para este crescimento é a retoma das actividades do projecto Moz LNG (o maior projecto de gás no país que já avançou com a decisão final de investimento) depois de cerca de 6 meses de suspensão devido à pandemia da Covid-19. Sendo assim, a decisão da Total e a consequente suspensão de contratos com empresas no âmbito do projecto representa um aumento de risco nas projecções económicas inicialmente feitas para o ano de 2021.

2.3 Implicações nos Custos de Financiamento para Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH)

A Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) detém 15% de participação no projecto liderado pela Total. Neste âmbito, em 2020, ao abrigo do EPCC⁸, que é o modelo de participação do braço empresarial do Estado nos projectos de gás da bacia do Rovuma, a ENH iniciou um *roadshow* na África do Sul para conseguir financiamento de cerca de 1,5 biliões de dólares para garantir a sua participação efectiva nos custos de desenvolvimento no projecto (Moz LNG) de gás da área 1, nos campos de Golfinho Atum e na primeira fábrica de gás natural no país.

O *roadshow* acontece após o Governo emitir uma garantia externa no valor de 2,2 mil milhões de dólares para permitir a cobertura da quota-parte de risco inerente à participação da ENH no financiamento a ser concedido pelos financiadores do projecto Moz LNG.

A emissão desta garantia com vista a suportar a ENH no projecto de gás, para além de aumentar a vulnerabilidade da dívida pública face às variações cambiais via incremento da dívida externa, maioritariamente denominada em moeda externa, gera simultaneamente aumento nos passivos da ENH forçando o rácio de solvabilidade para baixo. Importa mencionar que o rácio de solvabilidade e autonomia financeira encontram-se actualmente abaixo do recomendável.⁹

⁸ Modelo de contrato de exploração de gás na bacia do Rovuma

⁹ <https://www.mef.gov.mz/index.php/documentos/instrumentos-de-gestao-economica-e-sOcial/relatorios-de-riscos-ficais/930--232/file?force-download=1>

Esses factores conjugados com a suspensão por tempo indefinido da Total no projecto Moz LNG e a prevalência dos ataques em Cabo Delgado colocam a ENH numa zona de risco de crédito cada vez mais elevado.

Uma análise de risco de crédito, elaborada pelo Ministério de Economia e Finanças, mostra que apesar de a ENH apresentar anualmente resultados líquidos positivos, estimados actualmente em 1,6 mil milhões de meticaís¹⁰, a empresa apresenta um alto risco de crédito (D)¹¹ e constitui um grande nível de risco fiscal para o Estado.

De acordo com o relatório financeiro da ENH de 2020, o financiamento dos activos de exploração de recursos naturais situou-se em 790 milhões de dólares e inclui capital, juros e diferenças cambiais representando todas as despesas de 2006 a 2020. Portanto, o atraso ou o abandono do projecto da Total terá implicações financeiras significativas para ENH. Estas implicações em última instância serão suportadas pelos cidadãos moçambicanos, visto que a ENH é uma empresa pública que tem o Estado como seu accionista.

3. Conclusão e Recomendações

Os ataques armados em Cabo Delgado e a conseqüente suspensão temporária por tempo indeterminado das actividades da multinacional francesa Total no projecto Moz LNG elevam os riscos e as incertezas para a economia de Moçambique e esta situação tenderá a ser mais grave quanto mais tempo prevalecer.

Esta situação poderá impactar negativamente na arrecadação anual de receitas fiscais em cerca de 1 ponto percentual do contributo dos megaprojectos nas receitas totais, redução de pagamento de receitas não fiscais em cerca de 236,4 mil milhões de dólares, correspondente ao pagamento anual da Total; queda do IDE; deterioração do desempenho do sector privado e impacto nas projecções económicas.

A suspensão das actividades da Total constitui ainda um risco elevado para ENH visto que esta tem vindo a endividar-se para participar da fase de desenvolvimento do projecto Moz LNG, em particular, e dos projectos de gás, em geral.

Sendo assim, recomenda-se ao Governo brevidade e celeridade no alcance de soluções para restabelecer a paz e a estabilidade em Cabo Delgado de forma sustentável, sendo esta uma condição *sine qua non* para a retomada das actividades da petrolífera francesa no país.

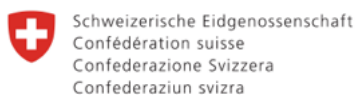
¹⁰ Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (2020), Demonstrações financeiras: Junho de 2019 – Junho de 2020, Maputo

¹¹ A classificação de acordo com a metodologia Z-score de Altman varia de A para D, onde A representa menor risco e D maior risco.



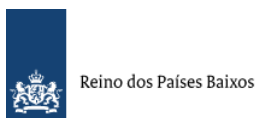
CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autora: Inocência Mapipe

Revisão de pares: Edson Cortez, Rui Mate, Estrela Charles, Baltazar Fael, Borges Nhamirre, Aldemiro Bande e Ben Hur Cavelane

Revisão linguística: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique